

**ÁREA ESPECIAL: América Latina e Brasil na nova configuração do capitalismo**  
**SUB-ÁREA: Os novos desafios para o Brasil e América Latina**  
**SESSÕES ORDINÁRIAS**

## **A integração econômica numa perspectiva teórica e a tipologia histórica dos processos na América Latina**

**Fábio Guedes Gomes (FEAC/UFAL)<sup>1</sup>**  
**Thiago Cavalcanti do Nascimento (FEAC/UFAL)<sup>2</sup>**

**Resumo:** O presente trabalho objetiva analisar as principais teorias que elucidam o processo de integração econômica. Apesar de estar presente nas discussões sobre o comércio internacional do século XIX, e incluída nas discussões em torno da formação de alguns Estados nacionais, como foi no caso da Alemanha e da Itália, foi na esteira da propulsão do desenvolvimento capitalista, em meados do século XX, que a integração econômica passou a apresentar-se como uma alternativa para o desenvolvimento econômico de diversos países e regiões. Nesse sentido, este trabalho faz uma digressão sobre as principais teorias que balizaram os processos de integração, bem como faz uma discussão sobre aquelas mais importantes na América Latina numa perspectiva histórica, até o atual momento, a qual caracteriza-se pelo crescimento de novos blocos regionais no âmbito da *nova* fase de internacionalização do capital.

**Palavra-chaves:** América Latina; integração econômica; protecionismo

**Abstract:** This paper aims to analyze the major theories that inform the process of economic integration. Despite being present in discussions on international trade in the nineteenth century, even included in discussions about the formation of some nation states, as was the case with Germany and Italy, is propelled in the wake of capitalist development in the mid-twentieth century, that economic integration began to present itself as an alternative to the economic development of various countries and regions. Thus, this work makes a digression on the major theories that guided the process of integration, and makes a discussion of those most important in Latin America in historical perspective, until the present moment, which is characterized by the growth of new regional blocs within the new phase of internationalization of capital.

**Key Words:** Latin America; economic integration; protectionism

---

<sup>1</sup> Professor adjunto do Curso de Graduação e Mestrado em Economia e Tutor do Programa de Educação Tutorial (PET-Economia)/MEC/SESu. E-mail: fbgg30@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Graduando do Curso de Ciências Econômicas e bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET-Economia)/MEC/SESu. E-mail: tc.nascimento@hotmail.com

## 1. INTRODUÇÃO

Existem controvérsias em torno do conceito de integração. Não pretendemos entrar nessas discussões, mas apenas discutir o significado desse termo no contexto da economia internacional, visando ressaltar alguns pontos que possam servir de apoio para a análise desenvolvida ao longo deste trabalho.

Na análise econômica, o termo integração pode assumir vários sentidos. Ela pode referir-se tanto à integração entre firmas, quanto à integração dentro de uma mesma firma ou de um mesmo setor econômico; também se refere à integração entre países na perspectiva do comércio internacional, ou ainda à pretensão de criação de uma comunidade econômica onde os objetivos mercantis não são os únicos. Porém, é basicamente aplicado à perspectiva mais ampla no campo do comércio internacional, que pretendemos discutir o termo integração.

Segundo Machlup (1977), pode-se falar em várias formas de integração: integração nacional (intra-nacional); integração regional (intra-regional, multinacional ou bloco de países); e integração mundial. Da mesma forma, pode-se discutir a integração setorial (referente a um ou mais setores dos países envolvidos ou, ainda, entre firmas diferentes em uma determinada economia) distinguindo-a da integração econômica geral (total da economia).

De uma forma geral, Balassa conceitua integração econômica como um processo de abolição de discriminações entre unidades econômicas. Gonçalves, por sua vez, vai mais além, definindo a integração econômica como o processo de criação de um mercado integrado, a partir da progressiva eliminação de barreiras ao comércio, ao movimento de fatores de produção e a criação de instituições que permitam a coordenação, ou unificação, de políticas econômicas em uma região contígua ou não (BALASSA, 1961; GONÇALVES, et al. 2004).

A partir desses conceitos podemos considerar a teoria da integração econômica como um ramo especial da teoria da economia internacional. Isto ainda é mais verdadeiro quando se admite que “a divisão do trabalho é a base para compreensão da integração econômica”, como assinala Rolim (1994, p. 59). Por isso, a teoria do comércio internacional assume um importante papel nessa discussão.

Teoricamente, o processo de integração econômica assume quatro formas básicas: área de livre comércio; união aduaneira; mercado comum; e união econômica ou monetária. Por área de livre comércio se compreende um processo pelo qual um determinado número de países concorda em eliminar ou reduzir as barreiras alfandegárias apenas para as importações de mercadorias produzidas no interior da área constituída (intra-regional). Entretanto, esses países ainda mantêm políticas comerciais independentes com outros países que não fazem parte do acordo regional. Uma área de livre comércio tem idealmente uma tarifa zero entre os países membros, mas em relação aos países não-membros essas barreiras são negociadas e definidas de acordo com os interesses ou conveniências de cada país membro, independentemente da situação dos outros (GONÇALVES, et. al., 2004).

Uma união aduaneira é definida como uma área de livre comércio, onde os países membros acordam em seguir uma política comercial comum com referência a países não-

membros. Uma característica básica desse estágio de integração é a adoção da chamada TEC (Tarifa Externa Comum) aplicável a países não signatários do acordo regional.<sup>3</sup>

O mercado comum é uma união alfandegária (aduaneira) que privilegia a livre circulação dos fatores de produção. Mão-de-obra e capital podem mobilizar-se livremente entre os países ou regiões, sem qualquer restrição que impossibilite a utilização mais produtiva dos mesmos. A união econômica ou monetária, portanto a integração econômica total é, na verdade, o somatório dos três estágios de evolução anteriores e, além disso, a uniformização e unificação das políticas monetária e fiscal, além da possibilidade de adotar-se uma moeda única entre os países. Com o estabelecimento da união econômica, a unificação dos mercados é atingida, além de se estabelecer uma autoridade político-econômica central, fazendo com que a soberania de cada nação seja violada e transferida para essa nova autoridade (BALASSA, 1961).

No que se refere ao estabelecimento de uma autoridade político-econômica central, a tônica da integração européia nos anos 50 é um bom exemplo. Naquele momento discutiam-se propostas de redução da intervenção estatal, na medida em que era defendido o supranacionalismo, enfatizado pelo processo integracionista, opondo-se à força interventora das políticas nacionais.<sup>4</sup> Vale ainda salientar, que essas formas de integração podem entrar em ação não necessariamente nessa mesma ordem, ou dando prosseguimento às mesmas. Por exemplo, a área de livre comércio pode evoluir ou não para o mercado comum, ou este pode ser adotado diretamente sem que seja preciso aprofundar-se aos demais níveis de integração.

Teoricamente, a integração econômica tem duas vertentes econômicas. Uma delas é derivada da teoria pura do comércio internacional, baseada nos pressupostos da teoria das vantagens comparativas. A outra é inspirada por argumentos protecionistas, sob o pretexto de proteger a indústria nascente utilizando, entretanto, conceitos de teorias do desenvolvimento. Essas duas correntes básicas de interpretação serão abordadas nas duas seções seguintes. Mais a frente, buscamos interpretar o processo histórico de integração econômica na América Latina a partir das tipologias descritas por Rosenthal (1990). Por último, tecemos algumas notas conclusivas tocando brevemente sobre o processo mais recente de integração na região.

---

<sup>3</sup> De início, é importante esclarecermos que a palavra regional é utilizada aqui para caracterizar as tentativas de liberação comercial (ou ampliação do mercado) entre países. Em outras palavras, regional, para nossos objetivos, é aplicado num contexto onde existe uma integração econômica entre diversos países contíguos ou não, que irão compor uma economia internacional.

<sup>4</sup> É interessante observar que Mandel ao analisar a concentração e centralização internacional do capital, mais especificamente a relação entre a centralização internacional do capital e o Estado no capitalismo tardio em 1972, já percebia que esse processo levaria a formação de superestruturas de comando supranacional. Para o autor, a internacionalização do capital, ou seja, a verdadeira centralização do capital, implica numa transferência de propriedade, seja de um país para outro, seja de um grupo nacional de proprietários para outros. Então, se existe uma fusão internacional do capital sem a predominância de nenhum grupo específico de capitalistas nacionais, a centralização do capital faz-se “acompanhar pelo desmantelamento do poder de vários Estados nacionais burgueses e pelo surgimento de um novo poder estatal federal, um Estado burguês supranacional” (Mandel, 1982, pp. 228-231). Para exemplificar a tendência do surgimento de um estado supranacional, o autor também cita o caso da CEE (Comunidade Econômica Européia).

## 2. A Teoria Livre-Cambista

A teoria da integração praticamente surge com a teoria das uniões aduaneiras, desenvolvidas pelo economista canadense Jacob Viner (1892-1970). Por sua vez, a teoria das uniões aduaneiras é originária da teoria do comércio internacional. No entanto, considera-se que a teoria da integração econômica parte, também, dos pressupostos da teoria pura do comércio internacional. Nela, estão as bases das discussões dos processos de integração, pelo menos no que se refere às questões livre-cambistas.

Em sua obra clássica, “*The Customs Union Issue*” publicada em 1950, Viner expôs dois conceitos que vão formar a base de sua teoria sobre a integração econômica: “criação de comércio” e “desvio de comércio”. Esses conceitos foram desenvolvidos a partir de suas preocupações em estudar as implicações econômicas das uniões alfandegárias na Europa.

Como vimos anteriormente, uma união alfandegária vem acompanhada, em alguns casos, da criação de uma tarifa externa comum (TEC). Se, por exemplo, a TEC for reduzida aos países signatários, pressupõe-se que o comércio intra-regional deva aumentar e, com isso, mais produtos seriam transacionados, algo que era limitado antes da redução tarifária. Consequentemente, os preços domésticos se reduzem nos países da região, elevando-se, consequentemente, o nível de bem-estar. Este movimento corresponde ao conceito de *criação de comércio*.

Em outras palavras, existe criação de comércio, numa integração econômica, quando, dada a eliminação das barreiras alfandegárias (TEC), o comércio intra-regional aumenta, fazendo diminuir os preços internos ocasionando aumento do nível de bem-estar. Nesse sentido, os produtores domésticos menos eficientes em cada país membro da união, serão preteridos em favor de produtores mais eficientes em outros países membros.

Nos países desenvolvidos a criação de comércio tem grande probabilidade de ser alcançada, pelo fato desse grupo seletivo de países de dispor de uma estrutura econômica complexa, abrangendo quase toda a gama de setores produtivos, tornando possível a substituição dos produtores menos eficientes pelos mais eficientes. Além disso, os desinvestimentos ocasionados por esse processo são perfeitamente suportáveis em países plenamente desenvolvidos por causa do alto grau de complementaridade de suas economias.

Pode ser atribuído o conceito de desvio de comércio quando a TEC reduz o comércio com países fora da união aduaneira, em função do aumento das barreiras tarifárias com relação aos países não-membros. Isto também permite que o comércio intra-regional aumente. Todavia, nesse caso, poderá haver um aumento nos preços dos produtos em alguns dos países da união alfandegária, diminuindo-se, consequentemente, o nível de bem-estar.

De acordo com a teoria de Viner, uma união alfandegária é benéfica se os efeitos de criação de comércio forem superiores aos efeitos de desvio de comércio, isto é, se o resultado desse processo for mais comércio, menores preços e maior bem-estar. Desta forma, uma união alfandegária deve ser vista como um *second best*, a medida que uma política de redução

multilateral das tarifas alfandegárias for impossível.<sup>5</sup> Por outro lado, Viner considerava que se essas reduções fossem feitas universalmente, mesmo que de forma unilateral, os efeitos de criação de comércio seriam ampliados.

A teoria de Viner não poderia fugir dos pressupostos das teorias tradicionais que defendem o livre comércio com o objetivo de elevar a eficiência produtiva e, com isso, maximizar o bem-estar. Como regra geral, admite-se duas hipóteses básicas: a existência no mercado da concorrência perfeita, tanto em nível interno como nas relações comerciais entre países, e um dado nível de crescimento.

No caso dos países subdesenvolvidos, os efeitos da integração econômica sob essa ótica, podem ser contrários aos que acontecem nos países desenvolvidos. Os países subdesenvolvidos têm uma estrutura de produção pouco diversificada em relação aos países desenvolvidos. Desta maneira, as possibilidades de criação de comércio, através da substituição de produtores, são bastante limitadas. Consequentemente pode-se afirmar que os efeitos da integração econômica não são tão significativos para os países subdesenvolvidos, se levarmos em conta a perspectiva puramente estática de Viner. Nestes países a estrutura monopólica é muito forte e as taxas de crescimento têm sido influenciadas por um conjunto de fatores.

De qualquer maneira, a teoria de Viner ainda demonstra certa inconsistência quando, seguindo os pressupostos da teoria do equilíbrio geral, passa a apresentar elementos na direção da substituição dos custos comparativos em termos de custos reais para termos de custos de oportunidade. Isto ocorre, sobretudo, a partir da contribuição de Heckscher, refinada por Ohlin, onde se substitui a hipótese da existência de custos comparativos diferentes pela hipótese de dotação relativa de fatores de produção diferentes entre dois países (HOLLANDA FILHO, 1998). Para esses dois autores, a teoria do comércio internacional resumiria-se, basicamente, a uma questão de alocação internacional de recursos produtivos. Sob essa ótica, a América Latina, por exemplo, teria que participar da divisão internacional do trabalho especializando-se na produção de produtos primários, já que os fatores terra e trabalho apresentam-se em abundância nos países da região. No entanto, Prebisch, no seu famoso estudo de 1949, desmistificou teoricamente esse argumento que tanto influenciara a ciência econômica há pelo menos duzentos anos antes do fundador da CEPAL ter feito a contundente crítica.

Em contraste com o período clássico, quando a teoria do comércio internacional deu importantes contribuições para análise econômica, sendo a teoria das vantagens comparativas o exemplo mais significativo, a teoria do comércio internacional, sob a égide dos neoclássicos, progrediu essencialmente através da utilização de técnicas analíticas oriundas da teoria econômica convencional, baseada nos princípios do equilíbrio geral. A integração nesse sentido assume um conjunto das atividades econômicas regionais, constituída pelas redes que envolvem os diversos setores econômicos, em efeitos encadeados, aproximando-se de um

---

<sup>5</sup> A noção de que o bem-estar é maximizado com a liberalização geral do comércio internacional e que as uniões, ou as integrações têm efeito apenas limitado no aumento do bem-estar (*second best*), é desenvolvido inicialmente, também, por Lipsey e Kelvin Lancaster (1956), os quais deram continuidade aos argumentos desenvolvidos por Viner.

modelo geral de equilíbrio, com total mobilidade dos fatores de produção e dos produtos, insumos e mercadorias finais (MACHLUP, 1977, pp. 65-66).

Nessa perspectiva, não existem maiores preocupações com os impactos de uma liberalização comercial mais ampla entre países com graus de desenvolvimento econômico diferentes. O interesse maior reside, como vimos, no aumento da eficiência produtiva que possa auferir aquelas empresas que participam do comércio internacional. Os objetivos da integração econômica, sob a ótica vinerniana, estão estreitamente ligados com os de livre comércio, a saber: geração de níveis de especialização, economias de escala, promoção da eficiência produtiva pelo aumento da concorrência dos produtos domésticos em relação aos estrangeiros e a busca por um maior nível de crescimento, a partir desses pressupostos.

Ainda nessa perspectiva teórica, como a citação nos mostra, considera-se que os fatores produtivos têm livre mobilidade. Isso não tem respaldo na realidade quando se verifica que apenas o fator capital, na sua forma genérica, goza desse privilégio. Sabe-se que na maioria dos processos de integração em curso a mobilidade do fator trabalho é condicionada a uma série de restrições em diversos países.

### 3. A TEORIA INTEGRACIONISTA PROTECIONISTA

A outra vertente teórica responsável em grande medida pelo debate em torno do processo de integração econômica, parte das proposições das vantagens do protecionismo. No século XIX, o economista e político alemão Friedrich List (1789-1846), preocupado com o atraso da economia capitalista alemã em relação à Inglaterra, argumentou a favor da proteção da indústria nascente (*infant industry*).

Seus argumentos serviram para a formação de uma associação de comerciantes e industriais alemães (*Zollverein*), que lutavam pela unificação econômica do país, com a eliminação das barreiras alfandegárias entre seus Estados independentes e a criação de taxas para os produtos estrangeiros. A esse argumento acrescentaram-se mais dois, surgidos no ínterim do debate teórico entre comércio internacional e desenvolvimento econômico no pós-guerra: os efeitos advindos de externalidades e os efeitos positivos de economias de escala e escopo (GONÇALVES, et. al., 2004).<sup>6</sup>

A partir dos anos cinquenta do século XX, surge uma vasta literatura preocupada com os aspectos econômico-estruturais que impediam o desenvolvimento econômico daqueles países mais frágeis dentro da estrutura capitalista mundial. Esta literatura tem por base os artifícios protecionistas elaborados inicialmente por List e aperfeiçoados por instituições

---

<sup>6</sup> Esses dois argumentos são contrários à idéia da capacidade das teorias de equilíbrio estáticas para enfrentar os problemas de investimentos. Os modelos estáticos não podem lidar com problemas dinâmicos, principalmente ligados aos efeitos dos mecanismos do mercado internacional. Alguns efeitos do comércio internacional sobre os países subdesenvolvidos não são reconhecidos pelas teorias estáticas do livre comércio: (a) deterioração dos termos de troca; (b) desemprego, como resultado do baixo crescimento da demanda internacional por produtos primários e como determinante da deterioração dos termos de intercâmbio, quando absorvido em atividades primárias; (c) desequilíbrio estrutural do balanço de pagamentos, como resultado das especificidades dos países subdesenvolvidos em processo de rápida industrialização necessária; e (d) vulnerabilidade a ciclos econômicos resultante da especialização em atividades de exportação (BIELSHOWSKY, 2000).

preocupadas com o desenvolvimento da periferia, como é o caso da Cepal (Comissão Econômica para América Latina).

A maior parte dessa literatura defendia alguma forma de proteção à indústria local (do país em desenvolvimento), e isso tinha por base os argumentos da indústria infante, bem parecida com a versão elaborada por List, a qual indicava que a proteção deveria ser dirigida a toda indústria ou a um amplo conjunto de setores “infantes” cujo estabelecimento no país seria essencial para seu desenvolvimento (HOLLANDA FILHO, 1998).<sup>7</sup>

Diferentemente da teoria de Viner, o comércio internacional é tratado, aqui, não de forma isolada, mas associado à problemática do desenvolvimento econômico, como podemos verificar. Não há existe a preocupação de discutir essencialmente a maximização do bem-estar mundial com abstração da questão distributiva.

Esta concepção rompe, em tese, com a possibilidade de aprofundamento da divisão internacional do trabalho nos termos clássicos da teoria do comércio internacional. Isto é possível porque o que se defende é a reestruturação da base produtiva dos países subdesenvolvidos, passando de produtores e exportadores de bens primários a produtores e exportadores, no médio e longo prazo, de produtos industrializados.

Cooper e Massel (apud NETO, 1991) apontam duas diferenças entre a análise do enfoque liberal e o protecionista. A primeira é de que os países possuem uma preferência pelo desenvolvimento industrial, e optam pela indústria mesmo fazendo sacrifícios à renda nacional, mesmo privilegiando setores que possam administrar o mercado doméstico praticando preços de monopólio.

A segunda diferença é que as taxas alfandegárias não são variáveis exógenas, mas instrumentos da política de proteção. Neste sentido, não podemos afirmar que no comércio internacional o comportamento dos países seja irracional, procurando apenas alcançar o livre comércio na busca da maximização do bem-estar. Ao contrário, eles impõem barreiras e dificuldades ao livre trânsito das mercadorias e fatores de produção.

Isso é demonstrável pela história econômica de alguns países como Estados Unidos, Alemanha e Japão, por exemplo. O mercado nacional desses países sempre contou com políticas protecionistas que procuravam defender da concorrência estrangeira, aqueles setores considerados estratégicos para o desenvolvimento, bem como outros que ainda não tinham condições de enfrentar a competitividade internacional.<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> Isto não quer dizer que a proposta de desenvolvimento do setor industrial dos países do Terceiro Mundo, principalmente os países da América Latina, tenha sido elaborada sob a influência dos argumentos listianos. Na verdade o que se tinha em vista era modernizar a estrutura produtiva desses países, procurando romper com a dualidade estrutural que permeava as estruturas de produção, onde conviviam um setor produtivo moderno voltado para o comércio externo, e um outro setor atrasado, voltado para o abastecimento do mercado doméstico. O que tornava esse sistema econômico extremamente vulnerável às vicissitudes do comércio internacional no quadro do modelo primário-exportador.

<sup>8</sup> Uma crítica mais recente de como as políticas protecionistas foram usadas largamente em benefício do desenvolvimento econômico desses países, encontramos nos textos de Chang (2004 e 2009).

Algumas experiências importantes de formação de blocos econômicos entre países surgem a partir dos argumentos em torno da integração como estratégia de desenvolvimento econômico. No pós-guerra, não se pode negar o fato de que esses processos integracionistas tinham um componente político muito forte.

Por exemplo, um dos fatores políticos que condicionou a criação da União Européia, por exemplo, foi a resistência de alguns países à expansão soviética e a afirmação de uma potência econômica independente dos Estados Unidos. A idéia básica era da criação de um “Reino do Meio”. Assim, um dos objetivos centrais da integração européia era diminuir o nível de hostilidades entre seus signatários e, com a integração, a região representar uma força alternativa, econômica e politicamente, no contexto histórico da nascente Guerra Fria.

Ademais a integração econômica européia intencionava combater o nacionalismo exacerbado (os movimentos nazistas e fascistas) presentes em algumas nações da região. Tais movimentos, levados ao extremo, foram responsáveis, em boa medida, pelas duas grandes guerras mundiais. Todavia, a integração européia esteve fortemente inspirada nos desejos de paz e harmonia econômica e política entre as nações da Europa, isto é, a integração buscava reduzir a força do nacionalismo e fortalecer o internacionalismo, a cooperação e a ajuda mútua.

Historicamente, o processo de integração econômica na Europa surge da Convenção de Benelux assinada em Londres, em 1944, vindo a ser completada em 1947, com a assinatura do Protocolo de Haia, que instituiu a união aduaneira entre a Bélgica, Luxemburgo e os Países Baixos. Em 1951, a integração econômica européia avançou com a constituição do Tratado de Paris que criou a Comunidade Européia do Carvão e do Aço. E, finalmente, em 1957, foi criada a Comunidade Econômica Européia (CEE) através da assinatura do Tratado de Roma.

Na Europa, discutia-se o processo de integração econômica sob duas óticas, a liberal e a dirigista. Na corrente liberal, a integração econômica era tratada apenas como uma estratégia de abolição das restrições alfandegárias e liberalização do comércio – como vimos na seção anterior -, de acordo com os ideais livre-cambistas do século XIX. Por outro lado, a integração econômica era também tratada pela corrente dirigista como uma estratégia de integrar o planejamento econômico dos países e coordenar as políticas econômicas nacionais na busca do desenvolvimento econômico (BALASSA, 1961).

Assim, pode-se afirmar que o processo de integração econômica na Europa evoluiu de preocupações centradas principalmente em questões comerciais, para questões de coordenação e integração de políticas públicas e estímulos à formação de redes e outros processos de integração formal (BALASSA, 1991). Desta forma, a CEE através de vários acordos e tratados assinados ao longo da história, superou os desafios impostos pela corrente liberal, caminhando para um modelo de integração não só econômico, mas também político que privilegia a união total. As vantagens advindas desse processo são múltiplas e dentre elas pode-se destacar: a criação de um grande mercado sem fronteiras, propiciando a elevação dos níveis de crescimento e produtividade entre os países comunitários; a redução ou eliminação dos conflitos existentes; e, melhor alocação dos recursos em cada país, reduzindo preços domésticos e propiciando a geração de economias de escala para as indústrias de cada uma das nações européias.



Na América Latina a idéia de integração econômica atendeu também a um objetivo importante. Para modernizar a estrutura produtiva predominante até meados de 1940, a maioria dos países latino-americanos adotou o modelo de substituição de importações, com ênfase no processo de constituição de suas economias industriais. Nesse caso, a integração econômica serviria para expandir o mercado regional, já que o mercado doméstico de alguns países não era suficientemente grande para absorver a oferta de produtos, decorrente das necessidades de se alcançar um ponto ótimo na escala de produção das novas indústrias.<sup>9</sup>

Na próxima seção o objetivo é analisar, mais especificamente, como surgiram as necessidades de superação do subdesenvolvimento das economias latino-americanas, qual o seu conteúdo e como a integração servia aos propósitos desenvolvimentistas.

#### **4. A ABORDAGEM DESENVOLVIMENTISTA E A INTEGRAÇÃO ECONÔMICA**

Os objetivos da integração econômica na América Latina eram bastante limitados até os anos 1950. Para se compreender esses objetivos, é necessário recorrermos à chamada “abordagem desenvolvimentista”, defendida na região pela CEPAL. Esta abordagem se contrapõe aos princípios do livre comércio, ou seja, da eficiência da alocação dos recursos a nível interno e externo, por meio dos mecanismos de mercado. Existe uma influência muito forte sobre essa perspectiva da concepção da *infant industry* de List, vista na seção anterior, principalmente no que diz respeito ao protecionismo como instrumento de desenvolvimento do mercado doméstico.

Apesar de não ter sido central nas teses cepalinas, o argumento da *infant industry* influenciou, digamos, nos propósitos de proteção das indústrias criadas na região. Até a década de 1940, o Brasil, por exemplo, utilizou-se desse argumento em favor de sua industrialização, com ampla participação do Estado nesse processo, importante ressaltar. Porém, com o modelo de substituição de importações, os instrumentos de proteção ampliaram-se e atendiam a diversos outros interesses. Nesse caso, importante papel exerceu a Cepal (Comissão Econômica para América Latina).

A Cepal não foi simplesmente uma formuladora de propostas protecionistas. Ao contrário, elaborou, também, um amplo e original sistema analítico, que se constituiu em um poderoso instrumento de compreensão do processo de transformação das economias latino-americanas.

A origem da teoria cepalina advém principalmente dos estudos de Prebisch sobre a deterioração dos termos de intercâmbio e pela sua interpretação estruturalista do processo inflacionário (PREBISCH, 2000 [1949]). O seu ponto de partida foi a crítica ao padrão de desenvolvimento no modelo primário-exportador, o qual, para Prebisch, era responsável pelo subdesenvolvimento das economias latino-americanas. Nesse sentido, uma das razões para o

---

<sup>9</sup> Conforme Balassa (1961), em mercados de tamanho reduzidos é quase impossível o aproveitamento de economias de escalas promovido por programas de industrialização. E é justamente esse problema os processos de integração propostos na América Latina no pós-guerra vão enfrentar; o objetivo de expansão dos mercados estava, portanto, em função das necessidades de ampliação da estrutura industrial da região dentro do modelo de substituição de importações como um dos passos centrais para a superação do subdesenvolvimento.

subdesenvolvimento das economias latino-americanas seria era a “limitação do progresso técnico às atividades primárias” (FURTADO, 1992, p. 62).

Outros elementos faziam parte do quadro analítico do que ocorria na América Latina: a caracterização do subdesenvolvimento como uma condição da periferia (a dicotomia centro-periferia); a identificação do processo de industrialização anárquica, desde os anos 1930; e, o baixo grau de diversificação da estrutura produtiva (alto grau de especialização) e a baixa produtividade de todos os setores, exceto os de exportação (heterogeneidade estrutural - tese da dualidade) (BIELSHOWSKY, 2000).

Prebisch constatou empiricamente a iniquidade das relações econômicas internacionais, tal como se manifestavam superficialmente na esfera da circulação (RODRIGUEZ, 1987, P. 29). Ao analisar a evolução de preços dos produtos agrícolas e industriais num período de 65 anos (1880-1945), Prebisch observou que existia uma tendência clara para a deterioração das relações de troca contra a agricultura. Em seu estudo, Prebisch chegou à conclusão de que a relação entre os preços da agricultura e da indústria, que era de 1 para 1 em 1850, caiu para 0,687 para 1 em 1945 (MONTROYA E GUILHOTO, 1987).

Diante disso, vários economistas latino-americanos começaram a argumentar que os principais problemas sócio-econômicos da região tenderiam a se agravar pela queda do poder de compra de suas exportações, predominantemente originárias do setor primário. Isso era uma realidade, levando-se em conta que a grande maioria dos países da região era produtora desses bens. Além disso, existia outra preocupação: a consequente impossibilidade de transferência dos ganhos do progresso técnico nos países centrais para a periferia, provocando, desta maneira, um aumento na diferença de desenvolvimento entre os países centrais e os da periferia capitalista (PREBISCH, 2000 [1949], seção II; FURTADO, 1992, pp. 22-24).

Prebisch admitia que a acentuação da divisão internacional do trabalho, de acordo com as idéias de Ricardo, provocava, portanto, uma disparidade crescente entre países ricos e pobres, isto é, entre o centro e a periferia. Essa disparidade acentuava-se à medida que os países centrais iam reduzindo a taxa de expansão de suas importações de produtos primários, diante do progressivo avanço técnico, poupador de insumos primários.<sup>10</sup> Em consequência disto, a taxa de crescimento da periferia, que dependia da dinâmica de seu setor primário-exportador, tendia ao declínio.

Bielschowsky (2000) aponta que Prebisch estava preocupado com os níveis de produtividade do sistema econômico. Para ele, a modernização da estrutura produtiva das

---

<sup>10</sup> A Cepal sustentava a tese que os centros dinâmicos da economia capitalista não transferiam seus aumentos de produtividade para os países da periferia atrasada e, ainda por cima, aqueles estariam se apropriando dos modestos incrementos de produtividade obtidos por esses (FURTADO, 1992). Nurske nos traz dados reveladores sobre a perda de mercado dos produtos primários. Ele aponta que desde o final da década de 1920, “as exportações dos produtores primários para os Estados Unidos e Europa Ocidental”, por exemplo, “caíram de cerca de 3,5% para menos de 3% do produto nacional bruto desta área industrializada”. Isto incluindo o petróleo. Sem este produto, “a queda seria para provavelmente menos de 2,5%”. Isso significa dizer, segundo o autor, que “no decurso das três últimas décadas, a maioria dos países de produção primária sofreu um encolhimento de mercado que é marcante na importância de suas exportações em relação ao produto e renda do mundo industrializado”. O autor ainda afirma enfaticamente que “a elasticidade-renda da demanda por consumo para muitas mercadorias agrícolas tende a ser baixa” (NURSKE, 1979, p. 416).

economias latino-americanas era a principal saída para o desenvolvimento econômico. Nascia, então, a proposta de industrialização da periferia como uma estratégia para diminuir as disparidades econômicas com o centro desenvolvido e, com isso, neutralizar as perdas nas relações de intercâmbio comercial. Entretanto, é preciso enfatizar que do ponto de vista histórico, a industrialização já vinha ocorrendo na região em razão da crise do modelo-primário exportador e a depressão econômica de 1929, que marcaram o início do que Furtado batizou de deslocamento do eixo dinâmico.

Baseado nos argumentos de Prebisch, o principal objetivo da teoria cepalina foi dar suporte a medidas governamentais, em particular ao planejamento e ao protecionismo, como meios de se alcançar a industrialização rápida e eficiente e, conseqüentemente, de se alterar o curso da história dos países subdesenvolvidos. O planejamento era visto nesse caso, como um procedimento indispensável à racionalização de um processo de industrialização espontâneo e anárquico que, subitamente, teria passado a ocorrer nas estruturas produtivas atrasadas das economias latino-americanas (BIELSHOWSKY, 2000, 2004).

Alterar o curso da história dos países subdesenvolvidos pode ser interpretado também como uma proposição política. A proposta de industrialização era muito pretensiosa. Significava um meio de superar a pobreza ou de reduzir a diferença entre a periferia e centro, além de procurar atingir independência política e econômica através de um crescimento econômico auto-sustentado.

A integração econômica assumiu um papel secundário nesse contexto. A idéia de desenvolvimento *hacia a dentro*, no liame do modelo de substituição de importações, não favoreceu o alcance de maiores resultados no sentido do aumento da interdependência entre os países latino-americanos. Além disso, a política externa deliberada dos Estados Unidos impediu o fortalecimento político-econômico que podia derivar da integração da região (VIZZENTINI, 1995). A integração era vista apenas como uma estratégia que compensaria os exíguos mercados domésticos. A citação abaixo reforça essa argumentação.

“O tamanho mínimo das instalações é uma importante consideração prática, que muitas vezes limita a diversificação da indústria em qualquer país isoladamente. Isto nos leva imediatamente ao ponto crucial de que a defesa do crescimento da produção diversificada não pode se confinar aos limites nacionais. A manufatura para os mercados domésticos nos países menos desenvolvidos tem de incluir também a produção para exportação visando aos ‘mercados de cada um’. Isto é particularmente importante para os países menores e constitui um forte argumento para a liberalização das políticas comerciais, levando, se possível, a uniões aduaneiras entre grupos de países na classe subdesenvolvida” (NURSKE, 1979, p. 437).

A idéia subjacente as propostas de desenvolvimento econômico na América Latina, propunha a superação da dualidade. De um lado, existia um setor privilegiado por políticas econômicas específicas, de incentivo às exportações de produtos primários. Este setor apresentava um alto nível de produtividade. Por outro lado, encontrava-se o resto da economia, com algumas poucas exceções, onde predominava uma estrutura produtiva atrasada, diríamos pré-capitalista, que apresentava níveis de produtividade muito aquém das

necessidades de consumo da sociedade.<sup>11</sup> O objetivo, portanto, era *modernizar* a estrutura produtiva das economias latino-americanas, dotando-as de uma estrutura diversificada e, simultaneamente, homogênea do ponto de vista de uma produtividade elevada.

Entretanto, a proposta de modernização ultrapassava os interesses apenas domésticos de cada país. Pode-se inferir, também, que depois que a estrutura produtiva estivesse diversificada e consolidada, tornar-se-ia mais fácil aumentar as exportações de bens manufaturados para as economias mais avançadas e, assim, diminuir as perdas com o intercâmbio no comércio internacional e aumentar o nível da capacidade para importar.<sup>12</sup>

Todavia, a integração latino-americana funcionava, num segundo momento, como uma estratégia de concentração demográfica do setor urbano, propiciando as condições naturais para o desenvolvimento industrial no continente, dada a insuficiência de demanda de alguns mercados domésticos. Esta insuficiência, por sua vez, limitava a adoção de tecnologias produtivas mais eficientes, capazes de gerar economias de escala. Sem a superação dessa ineficiência, um projeto de industrialização de maior envergadura enfrentaria grandes dificuldades.

Portanto, a integração apresentava-se como uma das condições para a industrialização, vista do ângulo continental, e esta por sua vez, era sua mais importante motivação. Em síntese, duas questões básicas se colocam para a compreensão da proposta cepalina de integração latino-americana: (a) a ênfase em acelerar a industrialização de acordo com a tese de que o desenvolvimento econômico seria impossível sem a mesma; e, (b) a condição de que os problemas básicos da industrialização na região estavam atrelados às limitações dos mercados nacionais a que as indústrias estavam circunscritas.

Não parece haver dúvidas que, do ponto de vista teórico, a abordagem desenvolvimentista exerceu (e ainda exerce) um papel importante, ao criticar as premissas básicas e essenciais da teoria ortodoxa do comércio internacional, constatando, empiricamente, o irrealismo de suas propostas.

Para Rodriguez, as concepções desenvolvimentistas elaboradas por Prebisch e aperfeiçoadas pela Cepal, “iniciaram um processo de descolonização ideológica e questionaram alguns dos princípios fundamentais do pensamento econômico internacional burguês”. Além dessa guinada revolucionária, o pensamento econômico latino-americano assumiu “certas posições antiimperialistas, que em seu desenvolvimento ulterior exerceram uma notável influência na América Latina e, em geral, em todo o mundo subdesenvolvido” (RODRIGUEZ, 1987, p. 32).

---

<sup>11</sup> “Um dos paradoxos da economia subdesenvolvida está em que o seu sistema produtivo apresenta segmentos que operam com níveis tecnológicos diferentes, como se nela coexistissem épocas distintas. Os grupos sociais de alta renda requerem uma oferta baseada em tecnologia sofisticada, enquanto grandes massas de população lutam para ter acesso a bens considerados obsoletos e mesmo produzidos com tecnologia rudimentar” (FURTADO, 1992, p. 56).

<sup>12</sup> “[...] para penetrar nos mercados internacionais, o caminho mais eficaz consiste em utilizar um ‘misto’ de tecnologias: tirar partido da abundância de certos fatores primários e, ao mesmo tempo, apoiar-se em tecnologias de vanguarda” (FURTADO, 1992, p. 56.).

Não podemos esquecer a principal razão da elaboração das teses sobre o desenvolvimento econômico proposto para os países latino-americanos pela Cepal. A abordagem desenvolvimentista não deixava de ser uma expressão dos avanços da estrutura capitalista sobre os países periféricos da América Latina, que apresentavam formas pré-capitalistas de produção. Essa estrutura econômica capitalista teria que ter capacidade própria de acumulação, sob o domínio dos oligopólios nacionais e estrangeiros, e com forte participação e forte apoio estatal.

Mas, a história nos revelou que esse tripé, que seria responsável pelo dinamismo das forças modernizadoras, não sustentou o ideário cepalino. Houve, na verdade, o predomínio do capital estrangeiro e, sobretudo, da participação estatal no desenvolvimento da estrutura produtiva.

“O ‘desenvolvimentismo’ tal como foi concebido e praticado refletiu não só um estado de coisas, mas principalmente a própria expansão transnacional do capital de base norte-americano, que nos vinte e cinco anos que se seguiram ao fim da guerra experimentou surto sem precedentes” (PUIG, 1995, p. 21).

A proposta de desenvolvimento da região também tem fortes contornos políticos, que não poderiam ser deixados de lado quando tratamos esse contexto numa visão mais ampla de difusão do sistema capitalista em nível mundial. O contexto geopolítico mundial do pós-guerra caracterizou-se pela acentuada divergência entre os dois principais modelos de sociedade: a capitalista, liderada pelos Estados Unidos; e, a experiência socialista-comunista levada a cabo pela União Soviética.

“Eram os tempos da guerra fria, quando um dos objetivos era favorecer políticas nacionais de desenvolvimento econômico e provocar mudanças sociais que tornassem a questão social menos tensa, não revolucionária. Simultaneamente, essa foi uma época de rearranjo das relações sociais, econômicas, políticas e culturais em escala mundial, no âmbito da guerra fria” (IANNI, 1997, pp. 102-103).

Então, foi nesse clima, e a exemplo do que aconteceu na Europa, o não-alinhamento das economias latino-americanas ao regime socialista foi um dos objetivos centrais da influência dos Estados Unidos na região. O desenvolvimento econômico latino-americano e sua respectiva integração no pós-guerra eram apresentados como uma opção totalmente simétrica ao pan-americanismo. A grande quantidade de investimentos externos diretos tinha origem no deslocamento dos capitais norte-americanos, os quais se constituíram como uma das principais fontes de financiamento do desenvolvimento econômico da região após a II Guerra Mundial.<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup> Uma das maiores investidas americanas na região, principalmente em países como a Argentina, o Brasil e o México, situaram-se no setor da indústria de bens de consumo duráveis – automóveis e eletrodomésticos, principalmente. Só no Brasil, por exemplo, após a Segunda Guerra Mundial, mais especificamente nos anos 1950, o montante de capital estrangeiro investido foi da ordem de US\$ 294 milhões. Isto reflete, significativamente, uma poderosa corrente econômica e política de defesa de uma relação de interdependência com os EUA. Essa corrente buscou atrair fundos externos e capitais de risco para empreender planos de desenvolvimento. Essa estratégia alcançou seu êxito à medida que o montante de investimentos externos no Brasil alcançou os US\$ 2,5 bilhões, em 1960. Revista *Retrato do Brasil*, pp. 86-89, 1984.

A Aliança para o Progresso<sup>14</sup> refletia bem o espírito de alinhamento das economias latino-americanas. Essa estratégia teria sido vitoriosa em sua plenitude, se não existissem, na região, economias que se contrapuseram aos desígnios de expansão da estrutura capitalista. Nesse sentido, o caso do movimento revolucionário cubano é bastante simbólico.<sup>15</sup>

“A América Latina, com poucas exceções de países e momentos, a mais importante das quais foi certamente a Revolução Cubana, seguiu a quase imposição ‘geopolítica’ do alinhamento com o hegemônico vizinho do Norte, retomando no plano econômico a também tradicional postura dependente-reivindicatória, da qual a natimorta Operação Pan-americana parece ter sido um bom exemplo” (PUIG, 1995, pp. 20-21).

Entretanto, de qualquer forma, a estratégia de desenvolvimento econômico na América Latina obteve resultados importantes do ponto de vista da industrialização de alguns países, como é o caso da Argentina, Brasil e México. Passou-se de um sistema desarticulado para um sistema integrado, auto-sustentado em alguns setores. A industrialização contribuiu para dar dinamismo às economias em seu conjunto. A estrutura produtiva dos países da região diversificou-se e houve uma crescente diferenciação da estrutura social (ROSENTHAL, 1990, p. 75).<sup>16</sup>

Esses avanços estavam “em função da própria sociedade nacional, suas necessidades e recursos, ou seja, vislumbrando um autêntico esforço de desenvolvimento”. Por outro lado, no Brasil, por exemplo, o nacional-desenvolvimentismo não atendia propriamente aos interesses do grosso da nação, como sustentavam os seus ardorosos adeptos, mas beneficiava, sobretudo, as frações mais modernas da burguesia, vinculadas a acumulação monopolista (PUIG, 1995, p. 20).

Todavia, os interesses maiores prevaleceram. Os objetivos norte-americanos para a região não foram revertidos. O pan-americanismo não sucumbiu aos movimentos revolucionários na região. Nem mesmo a principal contribuição teórica da região – a escola

---

<sup>14</sup> A Aliança para o Progresso foi um programa de cooperação multilateral criado em 1961, pelos signatários da Carta de Punta del Este. Esse programa foi lançado pelo então presidente norte-americano John Kennedy, com o objetivo de incrementar o desenvolvimento econômico-social na América Latina. Na verdade, esse programa foi uma resposta aos movimentos revolucionários em Cuba e a pressões de setores políticos e governamentais conservadores da América Latina, preocupados com a situação econômica e social da região. Santos aponta que essa aliança foi um “passo no sentido de fortalecer os vínculos intercontinentais, apoiados ao mesmo tempo numa ação militar cada vez mais intensiva em torno do princípio de luta contra a agressão ‘extracontinental’, ampliado com o conceito da ‘agressão interna’ representada pelas guerrilhas, e com as técnicas da contra-insurreição dirigida à eliminação dessa ‘ameaça externa’ convertida em ‘agressão interna’” (SANTOS, 1995, p. 114).

<sup>15</sup> Outros movimentos políticos na região foram bastante expressivos nesse sentido. Entre eles destacam-se: a experiência, de cunho marxista, da Frente Popular Chilena, que alcançou o poder com Salvador Allende e foi esmagada em 1973, ao contrariar os interesses de grandes grupos econômicos internacionais, com o apoio dos Estados Unidos, que desestabilizaram o governo chileno e depois o derrubaram, em luta sangrenta; o Movimento Nacionalista Revolucionário boliviano na década de 1950, chefiado por Paz Estenssoro e, depois, em 1952, por Siles Suazo, comandaram uma reforma agrária e a nacionalização das minas, levando, assim, o país a sofrer uma pressão internacional muito forte e sujeito a vários golpes de Estado pelos militares (SANTOS, 1995; ANDRADE, 1997; MONIZ BANDEIRA, 2008).

<sup>16</sup> Furtado (1982, p. 54), também apontou que a “penetração das técnicas modernas nos meios de produção não significou apenas aumento de produtividade, mas também foi causa de importantes modificações nas estruturas sociais, facilitando e mesmo exigindo a organização das massas trabalhadoras”.

cepalina – não parece ter superado essa tendência de alinhamento da grande maioria dos países latino-americanos à economia norte-americana.

A seguir, abordaremos o processo de integração econômica na América Latina no contexto histórico de suas dificuldades em avançar e obstáculos, os quais fizeram das primeiras experiências um laboratório fracassado do velho sonho bolivariano da segunda metade do século XX em diante. Para tal finalidade, fizemos livre emprego da análise de Rosenthal (1990), na qual este autor trabalha aquele processo de integração a partir de algumas tipologias.

## **5. BREVE RETROSPECTIVA DOS PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO NA AMÉRICA LATINA**

Os antecedentes das primeiras idéias de integração na América Latina correspondem ao século XVIII, mais precisamente quando a região lutava por sua independência política, então empreendida pela figura legendária de Simon Bolívar (1723-1830), o grande libertador crioulo que pregou o latino-americanismo, em contraposição ao pan-americanismo da Doutrina Monroe (que obedecia ao princípio de “uma América para os americanos”). O pan-americanismo, por sua vez, tinha como proposição libertar a região do colonialismo português, hispânico e britânico.<sup>17</sup>

Símon Bolívar, ao contrário, concebia uma América hispânica, independente dos Estados Unidos, cujas origens culturais, herdadas da Grã-Bretanha, eram bastante distintas, e o poder econômico e suas ambições expansionistas não refletiam os interesses libertários da região. Bolívar não poupou esforços para que fosse instituído o primeiro protocolo de intenção de integração na América Latina, o Tratado de União, Liga e Confederação Perpétua, que só chegou a ser assinado em 1836, após a sua morte.

Esse Tratado visava à união das Repúblicas da Colômbia, da América Central, do Peru e do México. Além disso, buscava-se, também, a união em uma só república da Colômbia, Venezuela, Equador e Peru. O sonho de Bolívar era formar um novo mundo, uma só nação, com um só vínculo que ligasse suas partes entre si e com o todo, aproveitando as características comuns da região, a língua, os costumes, a religião (o predomínio do catolicismo), com um só governo que confederasse os diferentes estados que se formassem.

As primeiras propostas integracionistas de caráter econômico na América Latina foram formuladas, basicamente, na década de 50. De acordo com Rosenthal (1990), três grandes etapas caracterizam os processos de integração latino-americana: a etapa voluntarista, a etapa revisionista e a etapa pragmática. Todas elas apresentam suas especificidades que merecem nossa atenção.

### **5.1. ETAPA VOLUNTARISTA**

A etapa voluntarista descrita por Rosenthal (1990) compreende o período 1950/1960. A integração econômica nesse período obedecia aos objetivos da estratégia desenvolvimentista elaborada pela Cepal, abordado anteriormente.

---

<sup>17</sup> Para caráter informativo, só na América Central conhecem-se cerca de 35 tentativas de integração dos países dessa região entre 1840 e 1930 (WIONCZEK, 1969, p. 16).

O modelo de substituição de importações pressupunha, para o seu sucesso, a existência de um mercado interno que viabilizasse a escala mínima de produção dos recentes empreendimentos industriais. Apenas três países na região, Argentina, Brasil e México, possuíam mercado interno em dimensão tal, que permitia o avanço do processo de industrialização em um grau considerável de complexidade. Enquanto isso, os demais não apresentavam uma estrutura de mercado à altura das propostas desenvolvimentistas.

Então, se o modelo de substituição de importações dependia da dimensão do mercado interno, e alguns países da região não apresentavam circunstâncias favoráveis, a estratégia criada pela Cepal foi de integrar os vários pequenos mercados dos países latino-americanos.

Dois outros fatores foram importantes e contribuíram para se levar adiante a proposta de integração econômica nesse período. O primeiro, diz respeito ao limite imposto pelas barreiras alfandegárias e não alfandegárias, que se justificavam pela proteção dos empreendimentos industriais nascentes. A excessiva proteção de alguns mercados domésticos poderia resultar na criação de uma estrutura monopolista e, desta maneira, prejudicar os objetivos de diversificação da estrutura produtiva na região. Para que isso não ocorresse, e os efeitos monopólicos fossem atenuados, tinha-se a idéia de que a integração econômica também poderia proporcionar a região um maior nível de competitividade.

O segundo fator era a impossibilidade de alguns Estados nacionais financiarem e colocarem em prática as estratégias de crescimento econômico. Os recursos eram escassos, portanto, também nesse contexto, a integração econômica seria uma alternativa para viabilizar uma estratégia de desenvolvimento, que seria irrealizável nas dimensões das pequenas economias periféricas.

Portanto, objetivando promover a integração econômica regional e avançar nas primeiras definições de uma proposta que concretizasse esse processo, a Cepal em 1957, através de seu “Comitê de Comércio” deu origem ao “Grupo de Trabalho para o Mercado Regional Latino-Americano”, o qual, por sua vez, instituiu, em 1959, “O Mercado Comum Latino-Americano”. Em seguida a esta conformação, foi assinado em 1960 o Tratado de Montevidéu, instituindo a ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio), a primeira experiência propriamente dita de integração econômica. Ratificaram este Tratado a Argentina, Brasil, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.<sup>18</sup> O objetivo último da ALALC era constituir, na região, um mercado comum nos moldes da experiência avançada da Europa. Para que isso fosse alcançado, o projeto inspirava-se numa visão de avanços graduais, porém, progressivos em direção a metas *pré-determinadas* (ROSENTHAL, 1990, p. 76).

Na retórica, todos os tratados assinados nessa época estabeleciam compromissos relativamente rígidos: lograr uma zona de livre comércio juntamente com a adoção de uma Tarifa Externa Comum (TEC) frente a terceiros países. A constituição dessa área livre-cambista tinha um prazo fixado em 12 anos, a partir da assinatura do Tratado de Montevidéu.

---

<sup>18</sup> Essa época foi bastante favorável para que outros tratados fossem assinados, dando origem a outras tentativas de integração, como foi o caso da criação do Mercado Comum Centro-Americano (MCCA), em 1960; em 1968 foram criados a Associação de Livre Comércio do Caribe (CARIFTA) e o Mercado Comum do Caribe (MCCO), posteriormente transformado na Comunidade do Caribe (CARICOM); e, em 1969, a criação do Pacto Andino.



No início, segundo Rosenthal, a integração regional proporcionou um aumento do volume de comércio na região. Porém, devido ao lento processo de negociação de Listas de Concessão e Listas Comuns dos produtos sujeitos ao comércio preferencial, o comércio intra-regional praticamente estagnou no final dos anos 1960.<sup>19</sup>

A desaceleração do processo de liberalização comercial no âmbito da ALALC foi basicamente a causa do fracasso da tentativa de integração econômica em termos continentais. Os países se mostraram cada vez menos dispostos a negociar ao ter-se esgotado a etapa “fácil” da substituição regional de importações e ao terem que abordar a negociação de produtos que competiam diretamente com suas respectivas produções internas. Isto indica que houve mais benefícios advindos de desvios de comércio, em nível extra-regional, do que a criação de comércio intra-regional. A grande ênfase no protecionismo tarifário, que caracterizava o período, acarretou para os países membros desses acordos, significativos efeitos de desvio de comércio (trade diversion) que nessas pequenas economias poderiam mesmo superar os benefícios da criação de comércio (trade creation) decorrente da redução das barreiras tarifárias regionais (GONÇALVES, et. al., 2004)

A preocupação em não negociar Listas de Concessão e Listas Comuns de produtos deveu-se ao fato, no âmbito da ALALC, de coexistirem países com níveis desiguais de desenvolvimento econômico. Isto é, os países menos desenvolvidos não tiveram condições de participar dessas negociações em pé de igualdade com os países mais desenvolvidos, como era o caso da Argentina, Brasil e México, os quais apresentavam um nível de produtividade bem acima dos demais países da região. A rigidez dos acordos multilaterais exigia que qualquer benefício que dois ou mais países se concedessem deveria ser estendido aos demais membros da organização. Nesse sentido, a falta de mecanismos compensatórios na ALAC, que pudessem proporcionar aos países menos desenvolvidos a viabilização de acordos que não trouxessem prejuízos para os respectivos balanços de pagamentos, foi um dos pontos que mais corroboraram para o fracasso das várias negociações multilaterais, impedindo, com isso, o avanço nas propostas de integração.

Rosenthal reconhece que existia uma tendência a minimizar os ganhos com a integração, inclusive em seus anos de auge. Todavia, ia se perdendo de vista que o intercâmbio recíproco na década de 1960 foi o elemento mais dinâmico do comércio exterior na região. Esse dinamismo foi responsável pelo aumento significativo dos níveis de interdependência econômica entre os países membros de organizações sub-regionais, sobretudo os países de menor dimensão.

“Assim mesmo, se empreenderam projetos conjuntos de infra-estrutura, se criaram instituições comuns e se geraram instâncias de cooperação entre associações sub-regionais ou regionais representativas de diversos grupos e interesses [...] Todavia, a integração econômica não avançou de acordo com os postulados originais, e o marco

---

<sup>19</sup> De acordo com Montoya e Guilhoto (1987), as exportações regionais quase dobraram entre os anos de 1961 em 1964, passando de US\$ 490 milhões para US\$ 835 milhões. Contudo, a participação relativa do comércio intra-regional sobre as exportações totais da ALALC, cresceu em torno de 8% entre 1960-64, 11,4% até 1971-1972 e 13,8% em 1979-80. Porém, supõe-se um aumento proporcional do comércio intra-regional em relação às exportações totais de 29,8% no período 1960-72 e de 17,4% no período 1972-80. Assim, tem-se que o crescimento do comércio intra-regional dos primeiros anos da década de 1960, não pôde ser sustentado entre 1970-80.

conceitual que orientou o desenvolvimento dos países da região durante os anos cinquenta passou a ser questionado” (ROSENTHAL, 1990, p. 77).

Como a participação dos países menos desenvolvidos no comércio intra-regional, diminuía o itinerário da formação das zonas de livre comércio não se cumpria, e se via que a integração não necessariamente era um processo progressivo, nem muito menos linear, senão que podia ser descontínuo e inclusive, às vezes, apresentar retrocessos. Portanto, a fixação de metas excessivamente ambiciosas e marcos institucionais rígidos, não somente contribuíram pouco para se alcançar os objetivos, como também se apresentavam contraproducentes, na medida em que a crescente distância entre expectativas e logros criava frustrações entre os países membros da ALALC.

Somado a esses fatos, a desigualdade econômica entre os países da região também se constituiu num obstáculo. Os menos desenvolvidos consideravam seus respectivos mercados domésticos como um ativo estratégico para expô-los à concorrência de seus vizinhos latino-americanos de economias mais desenvolvidas, principalmente no fornecimento daqueles produtos que tinham uma demanda no mercado internacional de baixa elasticidade-renda, como é o caso dos produtos primários. Nesse caso, os mecanismos de Listas de Concessões e Listas Comuns, não apresentavam instrumentos de política compensatória eficientes para contrabalançar os efeitos negativos da competitividade regional nos países de menor desenvolvimento econômico.

Por causa desses aspectos, tentativas de formação daquilo que seria um projeto ambicioso, rumo a um mercado comum, semelhante ao exemplo europeu, não passou nem mesmo da formação simples de uma área de livre comércio. Os processos de liberalização comercial entre países signatários de acordos regionais ou sub-regionais na América Latina, não obedeceram a um cronograma factível com a realidade econômica. O resultado, porém, foi o fracasso dessas políticas e suas propostas de integração.

Mas algo de positivo ficou desta experiência de integração. O mais importante é considerar a experiência alcançada nesse período. Como veremos a seguir, muita coisa iria mudar em termos de propostas e objetivos. Porém, ultrapassada a fase de entusiasmo do modelo de substituição de importações e, posteriormente o seu esgotamento, os processos de integração econômica na América Latina assumiram um caráter de cautela e revisão.

## **5.2. ETAPA REVISIONISTA**

Alguns fatos internacionais importantes antecedem essa etapa e marcam uma nova realidade para os países latino-americanos em termos de integração econômica. A instabilidade econômica internacional, ocasionada pelo rompimento do Consenso de *Bretton Woods* em 1971 e, posteriormente, pela eclosão da primeira crise do petróleo em 1973, levou os países da região a reverem suas estratégias de desenvolvimento e, com isso, as propostas de integração econômica.

No início dos anos 1970, “o modelo de industrialização característico dos anos precedentes perdia dinamismo e, em parte como uma reação as insuficiências do marco conceitual dominante até então, vários governos ensaiaram modelos alternativos, alguns de corte bastante doutrinário, sobretudo monetarista ou neoliberal” (ROSENTHAL, 1990, p. 78).

A crise da estratégia cepalina de desenvolvimento, baseada no modelo de substituição de importações, foi concomitante ao início da crise do regime fordista de produção nos países desenvolvidos capitalistas. O marco conceitual, as políticas keynesianas de corte intervencionista com ampla participação estatal na economia, começaram a ser questionadas; instaurou-se uma verdadeira ofensiva conservadora, basicamente montada sob os auspícios da teoria monetarista de cunho liberal.

Como o antigo marco conceitual, deixou de nortear, quase todas as propostas de desenvolvimento econômico na América Latina, não seria diferente que os objetivos integracionistas se vissem também afetados. Alguns resultados da economia latino-americana, já no início da década de 1970, exibiam os reflexos da crise econômica mundial que emergia.

Algumas estatísticas dessa época demonstram a involução de algumas economias latino-americanas. Com exceção da economia brasileira, após a Segunda Guerra Mundial, Argentina, Chile e Uruguai apresentavam a maior renda per capita da região, cerca de 1/3 do PIB, com apenas 17% da população. A partir da década de 1970, os mesmos três países geravam menos de 1/4 do PIB regional. No período entre 1945 e 1975, o PIB somado desses três países cresceu apenas 3,5% ao ano, enquanto o PIB do resto da região cresceu a 6,2% ao ano. Desta forma, enquanto a Argentina mantinha sua posição de mais elevada renda per capita na América Latina, o Chile desceu da terceira à sétima colocação e o Uruguai da segunda à quinta colocação.

Esses e alguns outros resultados econômicos negativos foram responsáveis pela rapidez com que as idéias neoliberais difundiram-se nessas regiões. A culpa pelo desaquecimento do crescimento regional no pós-guerra foi alçada sobre a crescente e exagerada intervenção do Estado na região, que substituiu o mercado como principal mecanismo de alocação de recursos. Essa explicação implausível era colocada pelos neoliberais, que tinham como alvo de críticas o keynesianismo, pautados no monetarismo de Hayek e Friedman, no novo-classicismo de Lucas e Sargent, os quais argumentavam contra a iniquidade do sistema anterior, o keynesianismo.

Praticamente não há dúvidas de que o modelo de desenvolvimento econômico latino-americano não prosseguiria sem mudanças radicais do ponto de vista conceitual. Com isso as estratégias de integração econômica também seriam mudadas, tanto no sentido de rever os erros cometidos no passado, tentando, agora, alcançar objetivos mais realistas, como também estabelecer uma nova função para se levar adiante uma proposta de integração regional. A partir de então, inicia-se a etapa pragmática.

### **5.3. ETAPA PRAGMÁTICA**

Considerando a tentativa fracassada de integração econômica precedente (ALALC), a qual nem sequer chegou a alcançar uma zona de livre comércio, o que se postulou para uma nova proposta integracionista foi o abandono de metas pré-fixadas e objetivos ambiciosos:

“Se pôs ênfase na ‘integração informal’ e na ‘integração por projetos’ em vez dos compromissos formais e totalizadores; praticamente se abandonaram os projetos de concessão de atividades e a regulação da inversão estrangeira direta e começaram a

experimentalizar mecanismos de comércio compensatório de troca e outras modalidades de cunho mais bilateral do que multilateral” (ROSENTHAL, 1990, p. 78).

Portanto, no início da década de 1980, foi assinado na região um novo Tratado de Montevideu. Este deu origem a uma nova organização regional, a ALADI (Associação Latino Americana de Integração). Essa proposta de integração caracterizava-se por ser menos ambiciosa em termos de objetivos e metas a serem alcançadas, ao contrário da experiência precedente.

O ponto em comum entre a nova organização e a anterior foi a manutenção, do estabelecimento de um mercado comum latino-americano. Desta vez deu-se mais ênfase a criação de acordos bilaterais e sub-regionais para estimular as relações comerciais e possibilitar, com isso, o tratamento diferenciado entre os países signatários. A idéia de acordos multilaterais é esquecida, dando lugar a negociações bilaterais, menos conflituosas no momento de se negociar Listas de Concessão e Listas Comuns entre países com nível de desenvolvimento diferentes.

Outra característica importante desta nova proposta é que ela não estipulou prazos fixos. Ao contrário, o cumprimento das metas instrumentais não seguiu um cronograma rígido, podendo mudar de acordo com as conveniências de cada país em termos de política econômica. Portanto, a natureza dos objetivos da ALADI, “contrasta com o caráter determinista da anterior”, da ALALC (ROSENTHAL, 1990, pp. 78-79).

No âmbito da ALADI foram estabelecidos quatro princípios básicos importantes e que resume bem as suas propostas: pluralismo; flexibilidade; convergência; tratamento diferenciado; e, multiplicidade. O pluralismo e a flexibilidade já foram colocados logo acima.

Quanto ao tratamento diferenciado o importante foi o estabelecimento de três grupos de países membros, diferenciados de acordo com o nível de desenvolvimento, são eles: a) Bolívia, Equador e Paraguai; b) Argentina, Brasil e México; e c) Colômbia, Chile, Peru, Uruguai e Venezuela. Finalmente, o princípio da multiplicidade permitiu a possibilidade de distintas formas de união econômica sub-regional entre os países signatários, em harmonia com os objetivos da integração latino-americana, no âmbito das negociações da ALADI.

De qualquer maneira, a tentativa integracionista anterior a ALADI permitiu uma transferência de experiência. A nova reorientação dos processos integradores na América Latina foi produto, justamente, “da experiência acumulada nos vinte anos anteriores, de predomínio de esquemas rígidos e compromissos inevitáveis” (ROSENTHAL, 1990, pp. 78-79). Os países-membros da ALADI passaram a dispor de uma gama muito maior de instrumentos de política econômica. Existem atualmente acordos de alcance regional e de alcance parcial, por exemplo, acordos comerciais, de complementação econômica, de abertura de mercado, acordos agropecuários e outros com preferência tarifária regional.<sup>20</sup>

Apesar das mudanças instituídas no âmbito da ALADI, o comércio intra-regional latino-americano não evoluiu de maneira significativa na década de 80. Com relação às

<sup>20</sup> Esses acordos estão consoantes ao princípio da multiplicidade. Nos acordos de alcance regional participam todos os países-membros e nos de alcance parcial, participam apenas alguns países-membros. Um exemplo de acordo parcial é o MERCOSUL.

importações totais da região, o comércio decresceu de 13,8%, em 1980 para 13,1%, em 1988; com relação às exportações intra-regionais totais, o mesmo foi verificado, o comércio passou de 15,5% para 11,2%, respectivamente. Com as exportações extra-regionais, a história não foi diferente; elas caíram em média 3,2% no início da década mencionada (ROSENTHAL, 1990, pp. 79-80; MONTTOYA e GUILHOTO, 1987).

A desaceleração do comércio intra-regional durante boa parte da década de 1980 deveu-se às instabilidades econômicas causadas pela crise da dívida externa. A necessidade de se obter divisas para assegurar os pagamentos dos serviços da dívida (juros e amortizações), arrefeceu as relações intra-regionais, a partir de meados de 1983, e desaqueceu o comércio intra-regional.

De qualquer forma, isso não quer dizer que houve um processo de desintegração econômica na região.<sup>21</sup> Pelo contrário, a integração era vista como uma estratégia alternativa para enfrentar melhor a conjuntura internacional adversa, já que a sua retomada no início dos anos 1980, através da ALADI, obedecia, fundamentalmente, tanto a fatores políticos quanto econômicos, que se expressavam no âmbito regional e mundial.<sup>22</sup>

Sob a influência desses fatores, e demonstrando haver realmente uma tendência ao fortalecimento da idéia da integração, um fato importante ocorreu nessa etapa. Por decisão política dos governos do Brasil e da Argentina, em 1986 foi assinado, no âmbito das iniciativas bilaterais ou de integração sub-regional, a Ata para Integração Argentina-Brasil. Essa iniciativa tinha como objetivo principal, iniciar um processo de integração econômica entre as duas maiores economias sul-americanas. De fato, tal iniciativa suscitou um programa amplo de integração bilateral que superou as divergências históricas entre os dois países. Por outro lado, pode-se fortalecer, em termos, o poder de barganha dos dois países nas relações internacionais em torno do problema da dívida externa.

Após um interregno de quase doze anos (1979-1990) sem crescimento econômico, onde a maior parte das economias latino-americanas sofreu com o esgotamento do modelo de desenvolvimento, pautado na substituição de importações e amparado substancialmente em financiamentos externos, os anos 1990 iniciam-se sob um novo contexto internacional. O atual

---

<sup>21</sup> Os anos 1980 marcaram, nos países de menor desenvolvimento, uma insatisfação com tal processo. Os resultados com a ALALC não foram tão positivos para esses países. Rosenthal afirma, que “os benefícios recebidos da integração no passado se converteu em um fator retardatário do processo negociador, exacerbado pelos custos da integração derivadas do desvio de comércio”. Entre outros fatores, o autor aponta dois importantes que conspiraram para os insucessos da integração no âmbito da ALALC: “a escassa vinculação comercial e infra-estrutura pré-existente” (ROSENTHAL, 1990, p. 86).

<sup>22</sup> “A questão da dívida externa [...] converteu-se num ponto central de articulação diplomática no subcontinente”. Santos nos lembra que essa articulação em torno do problema da dívida externa dos países do terceiro mundo, foi uma iniciativa do presidente de Cuba, Fidel Castro. Após seis congressos sobre esse tema, Fidel “conseguiu criar uma forte consciência sobre a dimensão da dívida, a impossibilidade do seu pagamento e perspectiva de utilizá-la como um fator de unidade latino-americana, de colaboração Sul-Sul e de pressão sobre as potências econômicas” (SANTOS, 1995, p. 126). Outros fatores são também importantes no contexto dos interesses integracionistas nesse período, tais como: a) a reabilitação de normas de convivência democrática em vários países da América Latina, b) os efeitos e conseqüências do segundo choque do petróleo (1979) no balanço de pagamentos dos países da região; e, c) a nova tendência da economia internacional que apresentou a integração econômica como uma condição necessária para o desenvolvimento de novas tecnologias, captação de investimentos externos e proteção seletiva dos mercados internos.

período emerge sobre três novas características, que definem bem esse novo contexto: a) a globalização dos fenômenos econômicos – ideologicamente colocada como um fato novo e irreversível (HIRST e THOMPSON, 1998); b) uma resposta latino-americana a essa *globalização*, com uma gradual tendência em direção a uma maior convergência entre os países da região em matéria de política econômica, inclinada principalmente para uma liberalização comercial e a adoção de metas comuns de desenvolvimento; e, c) a convergência, pelo menos aparentemente, para regimes políticos plurais, participativos e democráticos (ROSENTHAL, 1990, p. 81).

Antes, a integração regional tinha um papel preponderante nas estratégias de desenvolvimento econômico na América Latina. Atualmente, impõem-se aos países da região novas estratégias de desenvolvimento econômico, sintonizadas com a nova realidade da economia mundial. Neste contexto, “é razoável supor que a integração seja funcional a estas novas estratégias nacionais de desenvolvimento” (ROSENTHAL, 1990, p. 82). A discussão persiste na reestruturação das economias nacionais, transformando-as produtivamente, prometendo-se maior equidade social em cada país. Em termos de integração, o objetivo deveria ser

“[...] compatível com o esforço de melhorar a competitividade internacional; ou seja, a integração deve contribuir para o cumprimento dos objetivos específicos de fortalecer a inserção internacional, favorecer a articulação produtiva e induzir a interação criativa entre os agentes públicos e privados”(ROSENTHAL, 1990, p. 82).

No entanto, a história da década de 1990 parece não ter seguido o rumo traçado por Rosenthal. Muito pelo contrário, apesar da importância que o MERCOSUL foi assumindo, gradativamente, principalmente para os países do Cone Sul signatários do Tratado de Asuncion, o processo de abertura econômica e desregulamentação financeira que a maioria dos países latino-americanos e, em especial, sul-americanos adotou, enfraqueceu absolutamente qualquer iniciativa mais profunda de integração. Como, ficou patente com a crise cambial brasileira (1999) e a profunda crise argentina (2001), temos muito que trabalhar para poder integrar mais as economias desses países dentro de uma perspectiva de desenvolvimento econômico e social.

## 6. Notas Conclusivas

Nessas notas é importante ressaltar alguns pontos que não se pode deixar de considerar diante do que foi colocado ao longo desse trabalho. Em primeiro lugar, o processo de integração econômica não se desenvolve somente por deliberação política ou interesse meramente econômico. Trata-se de um movimento mais abrangente que envolve também aspectos importantes que muitas vezes fogem das perspectivas econômicas. A diversidade entre os povos, a diferença lingüística e a falta de conhecimentos mútuos, são barreiras somente superadas pelo tempo e o interesse das sociedades em se voltarem para suas fronteiras num caminho de adensamento das relações culturais, políticas e sociais. Isso requer um tempo relativamente longo e necessidades prementes.

Em segundo lugar, do ponto de vista econômico, os países latino-americanos nunca contaram com um eixo que pudesse congregiar as vontades nacionais com o objetivo da integração. O exemplo da União Européia, apesar dos percalços ao longo de todo o processo, é

difícil de ser repetir pela complexidade dos fatores que envolveram os interesses mútuos. Como vimos, a questão energética foi um dos fatores centrais para assinatura do Tratado de Paris que criou a Comunidade Européia do Carvão e do Aço. Outro elemento não desprezível foi a ameaça, que se consolidaria mais tarde, do surgimento do dólar americano como padrão de pagamento internacional. Como aponta Barry Eichengreen, Charles de Gaulle, presidente francês no pós II Guerra Mundial, observava na ascensão da hegemonia do dólar um grave risco a segurança econômica, bem como à autonomia da Europa. Portanto, a questão monetária em torno de uma idéia de criação de uma moeda comum no antigo continente, também funcionou como um elemento catalisador da integração. Entretanto, nada pode ter sido tão mais influente que a Política Agrícola Comum (PAC) como formação de um eixo de aproximação dos interesses econômicos e políticos da União Européia. Esse fator tinha sua relevância na garantia de critérios mínimos de segurança alimentar para a Europa setentrional e, também, como inibidor de grandes problemas sociais que poderiam ser causados se a agricultura da região não fosse protegida e subsidiada para enfrentar a concorrência internacional e garantir presas ao solo as famílias produtoras.

Como pudemos constatar a América Latina e, especialmente, a América do Sul, não gozaram de situações tão favoráveis que pudessem tornar a integração econômica regional uma realidade mais avançada. Muito pelo contrário, com economias com um histórico de rivalidades econômicas em razão de serem produtoras e exportadoras de bens primários, no longo período colonial e neocolonial, e com graus tão diversos de industrialização, o percurso da região seguiu uma trajetória muito distante e diversa de outros exemplos mais conspícuos de integração. Entretanto, mais recentemente, pelo menos há quinze anos vem se desenhando um cenário futuro muito alvissareiro na perspectiva da região encontrar um eixo para a integração, uma força centrípeta que acenda ainda mais as vontades políticas. A América do Sul é uma região rica e diversificada em fontes energéticas. Esse aspecto merece todo o cuidado de análise, porque já vimos como os governos voltaram a se preocupar com suas fontes estratégicas e a movimentação de vários deles em criar uma rede de proteção em torno dessas fontes demonstrou que esse pode ser um elemento vital para uma integração política e econômica. A questão energética, portanto, pode significar uma janela de oportunidade para a defesa dos interesses regionais, num ambiente de mudanças rápidas e acirramento das rivalidades em torno das fontes de energia mundiais.

### **Referências Bibliográficas**

- ANDRADE, Manoel Correia de. **O Brasil e a América Latina**. São Paulo: Contexto, 1997.
- BALASSA, B. (1961). **Teoria da integração econômica**. Lisboa: Livraria Clássica.
- BIELSHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta Anos de Pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- BIELSHOWSKY, Ricardo. **O Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- CHANG, Ha-Joon. **Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CHANG, Ha-Joon. **O Mito do Livre-Comércio e os Maus Samaritanos: a história secreta do capitalismo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

EICHENGREEN, Barry. **A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional**. São Paulo: Ed. 34, 2000

FURTADO, Celso. **A construção interrompida**. 2<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GONÇALVES, R. *et al.* **A nova economia internacional**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

HIRST, P., THOMPSON G. **Globalização em questão**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

HOLLANDA FILHO, S.B. Livre Comércio versus protecionismo: controvérsia antiga aspectos recentes. In: *Anais do XXV Encontro Nacional de Economia*. Recife: ANPEC, pp. 1860-1879, dez. 1997.

IANNI, Octávio. **Teorias da Globalização**. 4<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

LIPSEY, R. G.; LANCASTER, Kelvin. The General Theory of Second Best. *The Review of Economic Studies*, Vol. 24, No. 1, 1956-1957, pp. 11-32. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2296233>. Acessado em 01/03/2011.

LIST, Georg Friedrich. **Sistema Nacional de Economia Política**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1986. (Coleção Os Economistas)

MACHLUP, F. **A history of thought on economic integration** Londres: International Economic Association/Macmillan, 1977, p.61-85

MAGALHÃES, J. P. A. **Integrações Econômicas e Desenvolvimento**. *Boletim de Integração Latino-Americana*. Brasília: MRE, nº 13, abr./jun. 1994.

MANDEL, E. **O Capitalismo Tardio**. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Nova Cultural, 1982.

MONIZ BANDEIRA, Luis Alberto. **Fórmula para o Caos: ascensão e queda de Salvador Allende (1970-1973)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MONTOYA, M. A. e GUILHOTO, J. J. M. **Os Caminhos da Integração Econômica na América Latina e seus Novos Desafios**. São Paulo/USP/ESALQ, 1997, World Wide Web: <http://www.pa.esalq.usp.br/~pa/>.

NETO, B.E.S. **A Vitivinicultura do Rio Grande do Sul e a Integração Econômica Brasil-Argentina**. Porto Alegre-RS/UFRGS/FCE/CEPE/IEPE 1991. (Dissertação de Mestrado).

NURSKE, R. Padrões de Comércio e Desenvolvimento. In: SAVASINI, J.A.A., MALAN, P.S. (Orgs.). *Economia Internacional*. São Paulo: Saraiva. Série ANPEC de leituras de economia, 1979.

PREBISCH, Raúl. [1949] O desenvolvimento econômica da América Latina e alguns de seus principais problemas. In: BIELSHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta Anos de Pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000, pp. 69-136.

PUIG, C.S. **O Rosto do Moderno da Pureza Global: as lições do GATT/OMC: a Rodada Uruguai**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

REVISTA RETRATO DO BRASIL, nº 15, v. I, Rio de Janeiro, 1984.



RODRIGUEZ, J. L. **La economia internacional: problemas actuales**. Havana: Editora Política, 1987.

ROLIM, C.F.C. Integração X Integração: a busca dos conceitos perdidos. In: LAVINAS, L., CARLEAL, L. M. F., NABUCO, M. E. (Orgs.). **Integração, Região e Regionalismo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, pp. 55-87, 1994.

ROSENTHAL, G. **Treinta Anos de Integracion en América Latina**: um exame critico. Montevidéu: Aladi/Secretaria General. Presentado en el Foro comemorativo "*Primeira Decada de la Aladi*", Montevidéu, ago./1990.

SANTOS, T. **Economia Mundial: integração regional e desenvolvimento sustentável**. 3<sup>a</sup> ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

VIZZENTINI, P.G.F. **Relações Internacionais e Desenvolvimento**: o nacionalismo e a política externa independente 1951-1964. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

WIONCZEK, M. **A Integração Latino-Americana e a Política Econômica dos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969, pp. 13-32.